

Reordenamentos da governamentalidade neoliberal e o neoconservadorismo em foco: efeitos na educação dos gêneros e sexualidades

Pereira, Tamires Tolomeotti ¹

Sierra, Jamil Cabral ²

RESUMO

Com base em aportes pós-estruturalistas, bem como dos estudos de gênero e nos estudos foucaultianos, este artigo investiga como se deu o reordenamento de uma governamentalidade neoliberal e seu entrelaçamento com a governamentalidade neoconservadora, assim como seus efeitos no campo da educação, principalmente na educação dos gêneros e sexualidades. Os materiais empíricos cartografados, que incluem *posts*, artigos publicados no jornal Gazeta do Povo, entre outros, são discutidos frente à problematização de uma certa viabilidade moral-econômica forjada na desfeita parceria entre Estado e movimentos LGBTIA+ vivida entre 2003 e 2015, além do agenciamento entre neoconservadorismo e neoliberalismo, que se alinha a um projeto mais radical, implicado menos com o governo da vida e com o gerenciamento de riscos e mais com a promoção da precariedade e da morte.

Palavras-chave: governamentalidade neoliberal; neoconservadorismo; gênero e sexualidade; educação.

Reorganizations of neoliberal governmentality and neoconservatism in focus: effects on genders and sexualities education

ABSTRACT

Drawing on post-structuralist contributions, as well as gender and Foucauldian studies, this paper examines the reconfiguration of neoliberal governmentality and its interplay with neoconservative governmentality, along with its implications for the field of education, particularly in the realm of genders and sexualities education. The empirically mapped materials, encompassing posts,

¹ Universidade Federal do Paraná. Professora substituta no Departamento de Planejamento e Administração Escolar (DEPLAE), do Setor de Educação, da UFPR. Pesquisadora do GILDA - Grupo Interdisciplinar em Linguagem, Diferença e Subjetivação (UFPR/CNPq). Email: tamirestolomeotti@outlook.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7956987169844661>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7267-0076>.

² Universidade Federal do Paraná. Professor associado no Departamento de Planejamento e Administração Escolar (DEPLAE) e professor permanente no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), do Setor de Educação, da UFPR. Coordenador e pesquisador do GILDA - Grupo Interdisciplinar em Linguagem, Diferença e Subjetivação (UFPR/CNPq). Email: jamilsierra@ufpr.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1989289031368586>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2137-7996>.

articles from the Gazeta do Povo newspaper, among others, are analyzed in light of the problematization of a specific moral-economic viability forged in the disrupted partnership between the State and LGBTIA+ movements from 2003 to 2015. Furthermore, the article delves into the agencement between neoconservatism and neoliberalism, which aligns with a more radical project, less concerned with the government of life and risk management, and more focused on promoting precariousness and death.

Keywords: neoliberal governmentality; neoconservatism; gender and sexuality; education.

Reordenamientos entre la gubernamentalidad neoliberal y el neoconservadorismo: efectos en la educación de géneros y sexualidades

RESUMEN

A partir de aportaciones postestructuralistas, así como de estudios de género y foucaultianos, este artículo investiga cómo se produjo la reordenación de la gubernamentalidad neoliberal y su imbricación con la gubernamentalidad neoconservadora, así como sus efectos en el ámbito de la educación, especialmente en la educación de géneros y sexualidades. Los materiales empíricos mapeados, que incluyen *posts*, artículos publicados en el periódico Gazeta do Povo, entre otros, se discuten a la luz de la problematización de una cierta viabilidad moral-económica forjada en la alianza rota entre el Estado y los movimientos LGBTIA+ entre 2003 y 2015, así como la agencia entre neoconservadorismo y neoliberalismo, que se alinea con un proyecto más radical, involucrado menos con lo gobierno de la vida y la gestión de riesgos y más con la promoción de la precariedad y la muerte.

Palabras clave: gubernamentalidad neoliberal; neoconservadorismo; género y sexualidad; educación.

INTRODUÇÃO

Se há uma intensa proliferação de verdades (incluindo as notícias falsas) sobre o gênero, o sexo e a sexualidade no cenário político brasileiro, podemos questionar as condições de possibilidade para a emergência de novos sentidos para esses conceitos e como se deram/se dão os usos dessas ressignificações. Se questões como essas não estão descoladas dos modos de



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

governo de determinada época e lugar, também podemos perguntar como essa profusão de discursividades está relacionada ao governo e à educação dos gêneros e sexualidades na atualidade. Nesse sentido, o presente artigo apresenta resultados ampliados de uma pesquisa de doutorado³, que se preocupou em estudar a performatividade política dos discursos de ódio em relação às dissidências de gênero e sexuais, a partir da relação entre governamentalidade neoliberal e neoconservadorismo, pesquisa essa que se insere num âmbito mais amplo de estudos realizados no Nome do grupo de pesquisa.

Para esse artigo, em particular, operamos a partir de uma perspectiva pós-estruturalista acionando, desde esse lugar, autores e autoras do campo dos estudos de gênero e sexualidade, bem como dos estudos foucaultianos, para pensar como se deu a atualização de uma governamentalidade neoliberal, cuja ênfase centrava-se nas relações de parceria entre Estado e movimentos sociais LGBTIA+, bem como nas retóricas de respeito e tolerância em relação às dissidências de gênero e sexuais, para uma governamentalidade neoconservadora, cuja ênfase passa a ser nas investidas antigênero, na perseguição às dissidências de gênero e sexuais, bem como no recrudescimento fundamentalista religioso, especialmente no campo da educação, que têm produzido um processo cada vez maior de precarização de corpos e experiências de gênero e sexuais subalternizadas.

Do ponto de vista metodológico, a produção dos dados empíricos que sustentam nossos argumentos nesse trabalho foi cartografada do contexto midiático, que incluem *posts* (antes chamados de *tweets*), artigos publicados no jornal Gazeta do Povo, entre outros⁴. Do X (antes chamado *Twitter*), usamos a ferramenta de busca avançada em perfis reconhecidos publicamente por seu posicionamento odioso em relação às dissidências sexuais e de gênero, como os perfis de Jair Bolsonaro, Damares Alves, Marco Feliciano, dentre outros. Do

³ Pesquisa de doutorado intitulada “A performatividade política dos discursos de ódio neoconservadores na educação das dissidências sexuais e de gênero”, defendida em julho de 2022, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, que investiga como os discursos de ódio mobilizados contra as dissidências sexuais e de gênero têm figurado na atual governamentalidade neoconservadora e quais os seus efeitos no campo da educação, principalmente na educação dos gêneros e sexualidades.

⁴ Os materiais empíricos aqui discutidos fazem parte de um conjunto maior de materiais presentificados na pesquisa que originou este texto (Pereira, 2022) e que incluem, além dos *posts* e dos artigos publicados no jornal Gazeta do Povo, projetos de lei, notas taquigráficas e imagens de manifestações políticas.

jornal Gazeta do Povo, usamos a ferramenta de busca nas seções “Família e bem-estar”, “Ideias e atualidade” e “Política”. A relevância dos materiais empíricos, aqui, se dá a partir do deslocamento da ênfase da inércia e da descrição para a atuação sobre esses materiais, ou seja, para a criação de linhas e conexões, visto que, para a cartografia, todo mapa deve ser aberto, [...] conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. [...] Rasgado, revertido” (Deleuze; Guattari, 2000, p. 21). Precisamente, importa o processo. Forjar o percurso de pesquisa a partir do próprio caminhar (Passos; Kastrup; Escóssia, 2015). Esse movimento teórico-metodológico se deu na direção de problematizar a seguinte pergunta que movimenta as discussões propostas nesse artigo: quais as condições de possibilidade fizeram emergir a relação entre governamentalidade neoliberal e o neoconservadorismo, bem como quais efeitos essa relação produz na educação dos gêneros e sexualidades?

Diante disso, nossas apostas aqui são de que esses problemas podem ser tomados a partir da produção de uma certa “(in)viabilidade moral-econômica” LGBTIA+, forjada na desfeita parceria entre Estado e movimentos sociais LGBTIA+ que vivenciávamos mais fortemente até 2015, durante os governos PT, atrelada, portanto, a um governo biopolítico desses corpos (Sierra, 2013, 2019), além do agenciamento entre neoconservadorismo e neoliberalismo, que se alinha, recentemente, a um projeto mais radical, implicado menos com o governo da vida e com o gerenciamento de riscos e mais com a promoção da precariedade e da morte. Tentamos, portanto, nessa pesquisa, apreender tanto essa atualização do governo das dissidências de gênero e sexuais, quanto a produção da precarização desses corpos e práticas afetivas e/ou sexuais a partir da disseminação de discursos neoconservadores. Não se trata, todavia, de uma espécie de sucessão e superação de diferentes modos de controlar e governar os corpos, mas de um aprimoramento da razão e da valoração da governamentalidade neoliberal no que ela incute de “lei, cultura política e subjetividade política” (Brown, 2019, p. 17); isto é, para além dos limites e das rupturas, pode ser que essa atual forma de gestão dos corpos e das condutas dissidentes seja um desdobramento de uma neoliberalização cada vez mais autoritária, protecionista e nacionalista ou cada vez mais necropolítica (Brown, 2017; Mbembe, 2018).



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

Ordenamentos da governamentalidade neoliberal e as relações de parceria entre Estado e movimentos sociais LGBTIA+

Para poder conhecer as distribuições de força em torno das práticas de governo das dissidências de gênero e sexuais na atualidade, alinhamo-nos, em um primeiro momento, aos aportes foucaultianos acerca da governamentalidade e da governamentalidade neoliberal. Na síntese de Veiga-Neto (2013, p. 21-22), essas conceituações permitem problematizar “os modos pelos quais nós somos governados e nos governamos, bem como os limites em que se dão as ações de governo ou, como prefiro dizer, se dão tais governamentos”. Desse modo, a governamentalidade não significa a capacidade de governar de instâncias ou instituições governamentais, ou o simples ato hierárquico de comandar ou de submeter às ordens ou às leis do Estado, como as palavras vizinhas “governo” ou “governar” podem sugerir (Veiga-Neto, 2002). Conforme nos alerta Veiga-Neto (2002, 2013), a governamentalidade é um neologismo criado por Michel Foucault para designar uma relação mais coletiva e não restritiva do exercício do poder ou uma multiplicidade de práticas de governo que se manifestam para além da relação Estado/sujeito, como as relações entre pais/crianças, docente/discente, padre/fiéis, por exemplo, bem como a relação dos sujeitos consigo mesmos. Esse conceito também diz respeito aos processos históricos e políticos da constituição do governo enquanto uma tecnologia de poder, assim como sua apreensão no desenvolvimento da governamentalização dos Estados modernos. Nas palavras de Foucault (1988, p. 291-292):

com essa palavra [governamentalidade] quero dizer três coisas: 1. o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permite exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. 2. a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros - soberania, disciplina, etc. - e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes. 3. o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

Trata-se, portanto, não de uma “coisa, propriedade ou situação dada, mas uma grade de inteligibilidade” (Veiga-Neto, 2013, p. 24) que instrumentaliza características e técnicas de exercícios de poder anteriores ou contemporâneos de sua emergência, estabelecendo, especificamente, um tríptico entre “soberania-disciplina-gestão governamental” (Foucault, 1988, p. 291), à medida que se vale do sistema jurídico das leis, bem como de um conjunto de técnicas e táticas de vigilância e de correção exercidas minuciosamente no âmbito individual ou anátomo-biológico, ao mesmo tempo que insere o problema de uma certa economia nas práticas de governo, centrada menos no território ou nos corpos individuais e mais na relação entre um conjunto de sujeitos e as coisas, isto é,

[...] estas coisas, de que o governo deve se encarregar, são os homens, mas em suas relações com coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade, etc; os homens em suas relações com outras coisas que são os costumes, os hábitos, as formas de agir ou de pensar, etc.; finalmente, os homens em suas relações com outras coisas ainda que podem ser os acidentes ou as desgraças como a fome, a epidemia, a morte, etc. (Foucault, 1988, p. 282).

Se a relacionalidade entre os sujeitos e as coisas e a composição das condições de existência devem ser levadas em conta no governo, podemos entender porque a governamentalidade se desenvolve mais plenamente a partir da segunda metade do século XVIII com a emergência do problema da população. Por certo, a governamentalidade se exerce no âmbito populacional ou biopolítico para atingir determinados fins ou objetivos de modo mais econômico, previsível ou seguro possível (Foucault, 2008a, 2008b, 2015; Veiga-Neto, 2017). Isso significa que não se trata simplesmente da imposição da lei ou do julgo soberano para alcançar uma finalidade, como acontecia nos regimes de soberania das monarquias feudais e, posteriormente, administrativas, cujas técnicas de poder estavam voltadas sumariamente à obediência da lei e à “extorsão de produtos, de bens, de serviços, de trabalho e de sangue imposta aos súditos” (Foucault, 2015, p. 146). Ao contrário, a governamentalidade pode ser pensada mais como um tipo de poder que dispõe das coisas ao “utilizar táticas, muito mais que leis, ou utilizar ao máximo as leis



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

como táticas; agir de modo que, por um certo número de meios esta ou aquela finalidade possa ser alcançada” (Foucault, 2008a, p. 132). Nesses termos, o poder não se fundamenta exclusivamente no aparato jurídico, tampouco se exerce apenas sobre o território e suas produções, mas pulveriza-se em direção ao corpo, à conduta dos sujeitos e ao corpo social.

Não por acaso o modelo por excelência do governo disciplinar (ao menos até o início do século XX) pode ser explicado a partir do “panóptico”, uma “figura arquitetural” (Foucault, 1999, p. 223) de vigilância criada no século XVIII pelo jurista inglês Jeremy Bentham, cujo princípio básico consiste em otimizar os sistemas de vigilância para torná-los globais e, paradoxalmente, individualizantes. Esse princípio aparece ao longo de diversas instituições disciplinares como as prisões, as fábricas, os hospitais, as escolas e os quartéis para descrever em detalhes, identificar, posicionar, corrigir e controlar os corpos, operando, para isso, controle do tempo e distribuições espaciais que são, ao mesmo tempo, individualizadoras, classificatórias e combinatórias (Foucault, 1988).

O direito sobre a vida articulado no regime disciplinar com a anátomo-política do corpo ganha outra dimensão com a emergência da biopolítica em meados do século XVIII, um governo cujo exercício de poder - o biopoder - investe sobre o corpo-espécie e os processos biológicos da vida. Aqui, o surgimento da noção de população como um objeto político, assim como a produção de saberes sobre as suas especificidades, como as taxas de mortalidade, natalidade, reprodução, enfim, as condições que fazem a população variar, serão fundamentais porque, sobretudo, constituem fenômenos passíveis de regulação (Foucault, 2015, 2008b).

O conhecimento dessas especificidades permite, por um lado, substituir o modelo de família como foco da economia para instrumentalizá-la no interior da população. Logo, as demandas populacionais não serão mais redutíveis ao modelo familiar, tampouco a uma economia entendida como gestão da família (embora a família seja um fator importante para a obtenção de dados da população, como os comportamentos sexuais, os padrões de consumo etc.). Por outro lado, elevar a economia ao *status* de ciência, a “economia política”, que será tanto o instrumento principal das técnicas de governo quanto o alvo de intervenção do Estado ao lado da população (Foucault, 2008a). É válido lembrar que a economia política se refere ao “[...]trabalho exercido pelos indivíduos como uma conduta econômica, e de tentar entender como essa



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

conduta é praticada, racionalizada e calculada por aquele que a exerce” (Gadelha, 2009, p. 176), ou seja, não está atrelada somente à ação de governar do Estado. Segundo Sierra e Meyer (2020, p. 2016), ao fazer uma genealogia da emergência da governamentalidade, a analítica foucaultiana do poder “acederá, em analogia com o poder pastoral cristão⁵, a uma análise que preterirá a dimensão do Estado”, permitindo uma atualização do conceito de biopolítica em direção às práticas de governo que dizem respeito à relação do sujeito consigo mesmo.

O desenvolvimento do biopoder não eliminará a importância do poder disciplinar. Pelo contrário, gerir a população não quer dizer simplesmente “gerir a massa coletiva dos fenômenos ou geri-los somente ao nível de seus resultados globais. Gerir a população significa geri-la em profundidade, minuciosamente no detalhe” (Foucault, 1988, p. 291). Porém, para além dos processos de normação dos dispositivos disciplinares, a forma de atuação das normas será pensada a partir dos dispositivos de “normalização” ou de “segurança”, que farão da norma um gradiente, isto é, ela será expandida, flexível e permeável a outros enquadramentos que transbordam a dicotomia normal/anormal, porque primeiro esses dispositivos vão definir os sujeitos e as condutas que podem ser apreendidos como normais para, a partir daí, deduzir-se a norma: o que será produzido pelos dispositivos de normalização não será a norma, mas a normalidade (Foucault, 2008a; Lopes; Fabris, 2013).

Ao passo que a liberdade como fator de limitação da ação governamental do Estado e estimulação do livre comércio aparece na governamentalidade liberal mais como um dado natural e espontâneo, isto é, cujos processos econômicos são entendidos como processos naturais, na atual racionalidade governamental, a governamentalidade neoliberal (Foucault, 2008a), os processos econômicos deverão ser sempre geridos, regulados, controlados e ensinados, de modo que os sujeitos e suas condutas deverão seguir esses mesmos princípios (Veiga-Neto, 2013). O sujeito econômico do liberalismo é um “parceiro da troca”, cujo comportamento se refere a uma problemática das necessidades, uma vez que a partir delas se estabelece o próprio fundamento do processo dessas trocas, enquanto, no neoliberalismo, o sujeito econômico é um empresário e um “empresário de si mesmo, sendo ele

⁵Em linhas gerais, Foucault (2008a, 2008b, 1988) pensa o poder pastoral como uma “arte de governar os homens”, cujos princípios e dispositivos foram introduzidos no Ocidente - no seio do Império Romano - pelo pastorado cristão, no século III.



próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda” (Foucault, 2008b, p. 311). Bem por isso que o sujeito econômico forjado no liberalismo será investido de forma diferente pela governamentalidade neoliberal, pois “do parceiro intangível do *laissez-faire*, o *homo economicus* aparece como o correlativo de uma governamentalidade que vai agir sobre o meio e modificar sistematicamente as variáveis do meio” (Foucault, 2008b, p. 369). É justamente esse processo de transformação do trabalho em capital humano, preconizado pelo neoliberalismo estadunidense de meados da segunda metade do século XX, que se tornará hegemônico em outras partes do mundo e na América Latina, incluindo o Brasil (Brown, 2019; Duarte, 2019).

Em nosso país, a produção de liberdade neoliberal passará, em grande parte, pela inclusão, que funcionará como uma poderosa estratégia de governo articulada aos dispositivos de segurança para que se possa trazer para as zonas de normalidade os sujeitos, as condutas ou as práticas que oferecem mais riscos (Lopes; Fabris, 2013). É nessa grade de leitura que podemos entender o governo neoliberal da diversidade sexual produzida na parceria entre Estado e movimentos LGBTIA+, estabelecida mais fortemente durante os mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e, brevemente, durante os mandatos da presidenta Dilma Vanna Rousseff (2011-2016).

Como mostram as análises de Sierra (2013, 2019), essa relação de parceria consolidou uma série de investimentos em políticas públicas para a diversidade sexual e de gênero, especialmente políticas públicas na área da educação e saúde, tanto na forma de programas quanto na forma de planos e conferências voltadas à promoção da cidadania LGBTIA+ e ao combate à LGBTIA+fobia, como o Programa Brasil sem Homofobia, a Conferência Nacional LGBT e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT. Essas iniciativas promoveram uma visibilidade LGBTIA+, até então histórica no país, que logo seria presentificada nos âmbitos jurídico, civil, religioso, escolar, cultural e midiático, mas que, ao mesmo tempo, contribuiria para a implementação de tecnologias de controle e governo neoliberal da população LGBTIA+, “seja no que se refere às suas práticas culturais, sexuais, afetivo-amorosas, seja no que tange aos avanços do que se entende por direitos jurídicos e civis já pactuados com o Estado” (Sierra, 2013, p. 43).



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

Na prática, esses avanços políticos, sociais e educacionais foram negociados em uma “espécie de corresponsabilidade” entre Estado e movimentos sociais LGBTIA+, de modo que ambos pudessem participar dos processos de administração dos corpos, das condutas e das práticas da população LGBTIA+, incluindo a composição de técnicas de captura e controle (Sierra, 2013, p. 54). É justamente essa corresponsabilidade que supõe a noção de parceria, que surge não apenas para garantir o cumprimento de determinados objetivos, como acontecia nas relações de aliança tipicamente modernas, mas para gerenciar os riscos envolvidos nessas mesmas ações, incorporando, para isso, razões econômicas, políticas e culturais neoliberais do cálculo da capacidade de exploração biopolítica dos corpos, sobretudo naquilo que os dispositivos de seguridade produzem de normalização (Sierra, 2013, 2019; Dal’Igna; Sierra, 2018; Foucault, 2008b).

Bem por isso que, neste período, proliferam discursos e práticas apaziguadoras de tolerância e respeito pela inclusão da diversidade e de seus sujeitos, principalmente na escola. São esses mesmos reclames calcados em uma lógica essencializadora e identitária que vão operar distribuições e diferenciações em torno do sujeito da diversidade e, portanto, entre as corporalidades e as práticas que podem ser incluídas e as que não podem, mesmo entre as minorias sexuais e de gênero (Sierra, 2013, 2019; Lopes, 2009). Isso porque o sujeito da diversidade passa a ser identificado como o “normal” entre as experiências dissidentes de gênero e sexual; o referente da produção de uma certa viabilidade ou de uma “vida viável”, como nos diz Sierra (2013), bem ajustada ao modelo moral, porque será permitido a esse sujeito o desejo pelo matrimônio e pela constituição familiar, muito próximos, certamente, do modelo heteronormativo, além da prática sexual necessariamente monogâmica, “segura” e dentro dos limites da propriedade privada, assim como ajustada ao modelo econômico, pelo acesso à cidadania via educação, trabalho e saúde, pela crescente representatividade em campanhas voltadas aos bens de consumo (mesmo que seja o consumo de marcas que apoiam a diversidade unicamente no “mês do orgulho”) e ao entretenimento, que oferece uma representação estereotipada e irrisória desses corpos e experiências.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

Reordenamentos da governamentalidade neoliberal e as investidas antigênero

Nesse jogo de captura neoliberal e biopolítica, a promessa da aceitação e da convivência pacífica que descrevemos acima, dada por meio da parceria entre Estado e movimentos sociais, só pode ser lida nos contextos em que as identidades e as condutas sejam pensadas e praticadas nos parâmetros de previsibilidade e inteligibilidade das normas. A “viabilidade moral-econômica” implica “mudar de status: do lugar da abjeção para o lugar da aceitação” (Sierra, 2013, p. 73), trabalhando o desejo pelo reconhecimento, ainda que em função de dispositivos violentos que organizam, marcam e delegam as posições de sujeito possíveis às expensas da exclusão de outras corporalidades e vidas que resistem ou não podem ser assimiladas (Gefaell, 2015), já que

[...] parte de um consenso geral, esses reclames de respeito, tolerância, cultura de paz e inclusão pouco espaço deixam, especialmente aos olhares mais ingênuos, para uma problematização de suas estratégias de captura e controle, bem como de sua interface mais cruel: seduzidos pelas garantias oferecidas em termos de direitos e de inclusão na esfera social e educacional, por exemplo, esses olhares menos sutis deixam escapar as violentas estratégias de homogeneização cultural e viabilização moral e econômica, pelas quais esses mesmos sujeitos LGBT precisam se submeter para acessar o universo inclusivo que lhes fora prometido (Sierra, 2019, p. 10).

No caso do sujeito da diversidade, isso significa que a possibilidade de viver de modo mais justo, seguro e vivível deve ser concedida por benevolência ou caridade do Estado, no qual os direitos devem ser negociados; da escola, que deve ser o lugar por excelência da inclusão; da família, que prefere a aceitação pelo distanciamento; ou mesmo da religião, que diz amar o pecador, mas não o pecado, como é o caso do cristianismo em suas vertentes católicas, pentecostais e neopentecostais mais conservadoras. Tolerar ou respeitar não significa, como costumeiramente se diz, uma atitude ética de convivência, mas uma prática de “gerenciar a presença do que se deseja excluir, anular e, em certos casos, deixar morrer” (Gefaell, 2015, p. 40, tradução nossa).



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

Com efeito, esses reclames podem ser entendidos não apenas como dispositivos biopolíticos de segurança que regulam possíveis conflitos em nome dos imperativos de Estado, como a inclusão (Gefaell, 2015; Lopes, 2009; Lopes; Fabris, 2013), mas, de certo modo, como dispositivos necropolíticos que atuam na diferenciação das vidas que são passíveis de serem vividas das que não o são, considerando que esses fenômenos guardam paralelos com aquilo que Mbembe (2018) conceituou como a “ficcionalização do inimigo”, isto é, a construção das bases normativas para justificar o extermínio via quebra do vínculo de alteridade. Recentemente, isso nos levou a problemas como as tentativas de aproximação entre grupos que intentam representar as minorias sexuais e de gênero, do extinto Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e, de modo mais radical, a formação de grupos como “Gays com Bolsonaro”⁶.

Ou, ainda, os posicionamentos políticos adotados por personalidades que endossam premissas cisheteronormativas e neoconservadoras como a “ideologia de gênero”, o armamento, a família tradicional, a criminalização do aborto etc., como a vereadora londrinense Jessica Ramos Moreno, conhecida como “Jessicão, a opressora”, o vereador paulista Fernando Silva Bispo, o “Fernando Holiday”, o deputado estadual paulistano Douglas Garcia, bem como o governador gaúcho Eduardo Leite⁷, que se declarou “um governador gay, não um gay governador” em sua “saída do armário” em rede nacional. Verdadeiros sujeitos da diversidade que vivem suas vidas afetivas e/ou sexuais de modo discreto, respeitoso e sem incomodar a sensibilidade conservadora, em que o trabalho de subjetivação neoliberal é sutil a ponto de fazer acreditar na invulnerabilidade à própria violência que disseminam. Abaixo, destacamos duas publicações dos perfis do X de Douglas Garcia e Jéssica Moreno, respectivamente, que podem ajudar a expor esse argumento:

Como já afirmei mil vezes, não me interessa o que a pessoa faz da vida dela entre quatro paredes, entretanto, sempre irei me posicionar para me contrapor à utilização do poder do Estado para tentar orientar sexualmente as crianças. Isto é errado. Com base nesse princípio, também protocolei um PL na ALESP (PL 432/2020) que proíbe, a nível estadual, terapia

⁶ Grupo no X de pessoas autodeclaradas LGBTIA+ que apoiam o ex-presidente Jair Bolsonaro.

⁷ Jessica Moreno é vereadora pelo PP, Fernando Bispo é vereador pelo partido PL e já foi coordenador nacional do Movimento Brasil Livre, Douglas Garcia é ex-deputado estadual pelo PTB e Eduardo Leite é governador pelo PSDB.



hormonal em crianças. Essa proibição já existe em nível nacional, mas apenas em regulamento, ou seja, não foi referendada pelo Poder Legislativo. Isto quer dizer que pode muito bem ser extinta se um dia (Deus nos livre) um progressista ou liberal subir ao poder (Garcia, 2020, não paginado).

Um repórter me perguntou: como primeira homossexual eleita vereadora em Londrina, qual será sua primeira ação para a causa LGBT? Respondi: nenhuma! Fui eleita para defender a DIREITA LONDRINENSE, todos que respeitam DEUS, PÁTRIA e FAMÍLIA! JESSICÃO está fechada com #Bolsonaro! (Moreno, 2020, não paginado).

Evidente que isso não significa assumir uma posição propriamente acusatória acerca da “conservadorização” das identidades lésbicas e gays, até mesmo porque identidade não guarda uma suposta simetria com posicionamento político crítico. Antes, esses elementos podem nos dar indícios dos limites da instrumentalização da diversidade sexual e de gênero no Brasil a partir do fenômeno que Puar (2017, 2013, 2015) conceituou como “homonacionalismo”, bem como seu correlato, a “lavagem cor-de-rosa”. Segundo Puar (2017, 2013, 2015), o homonacionalismo pode ser entendido como um agenciamento de forças, efeitos ou movimentos de territorializações, desterritorializações ou (re)territorializações nas ordenações políticas centradas na relação entre heteronormatividade, homonormatividade e Estado, isto é, o homonacionalismo comumente apreendido como a exploração “de ‘aceitação’ e ‘tolerância’ relativamente a sujeitos gays e lésbicas como barômetro de avaliação da legitimidade e capacidade para a soberania nacional” (Puar, 2015, p. 298) não deve ser entendido como um evento ou característica de um Estado, mas como um processo que designa “uma mudança histórica na produção de Estados-nação a partir da insistência na heteronormatividade como forma de aumentar a inclusão da homonormatividade” (Puar, 2015, p. 299-300).

Um dos efeitos do homonacionalismo é, justamente, alimentar a homonormatividade e alinhar as condutas dissidentes com as pautas de Estado, mesmo que elas pareçam contraditórias ou, até mesmo, LGBTIA+fóbicas, como é o caso mais contundente do que foi o governo Jair Bolsonaro, e conforme podemos perceber no excerto de uma matéria publicada



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

no jornal Gazeta do Povo, intitulada “Gays que apoiam Bolsonaro e rejeitam Jean Wyllys? Sim, eles existem!”:

Pois é, meus caros. É totalmente viável ser gay e detestar Jean Wyllys (aliás, como não fazê-lo? [sic]), rejeitar o discurso coletivista e de ódio desses movimentos organizados, entender que por trás deles há uma agenda ideológica socialista e condená-la. Assim como é perfeitamente possível ser gay e valorizar tradições e instituições ocidentais, como a família, como fazia Clodovil, e repudiar a promiscuidade dessas passeatas em nome dos gays. Ser homossexual não precisa ser sinônimo de ser socialista depravado libertino. É para isso que cada vez mais gente acorda. Mas muitos ainda morrem de medo da patrulha do grupo. Ora, coragem! Chegou a hora de sair do armário. Vocês não têm nada a perder além dos grilhões ideológicos. Vem para a direita democrática você também (Constantino, 2016, não paginado).

Pesquisas como as de Irineu (2014) mostram que, ao menos até as eleições de 2014, a diversidade sexual foi incorporada em programas de partidos de diferentes espectros políticos como premissa de propostas governamentais progressistas, mas que, de fato, foi durante os governos PT que se forjou, internacionalmente, inclusive, a percepção (em muito auxiliada pelas paradas LGBTIA+ e endossada pela militância) de que o Brasil era um paraíso acolhedor para a população LGBTIA+, assim como dos direitos humanos, de maneira mais ampla. A lavagem cor-de-rosa como uma prática de “encobrimento ou distração das políticas de discriminação de algumas populações de um país através de um pregão ruidoso dos seus direitos gays” (Puar, 2015, p. 305), bem como uma incitação discursiva para a regulação das identidades sexuais e de gênero nos enquadramentos homonacionalistas, pode ser vista nesse período especialmente quando os direitos LGBTIA+ eram promovidos ao passo que outras populações permaneceram alvo de negligências e violações sistemáticas, como os povos indígenas, a população negra e as pessoas atingidas pelo rompimento de barragens construídas por grandes mineradoras, como aconteceu no município de Mariana, Minas Gerais, em novembro de 2015 (Irineu, 2014; Bento, 2015). Além disso, para Bento (2015) e Irineu (2014), a lavagem cor-de-rosa brasileira é feita a partir “das letras da lei” e não exatamente em nível de realidade, isto é, ela “reúne o



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

discurso do participacionismo e a estratégia da política de boa vizinhança com inoperância na efetivação de ações que impactem na realidade jurídica da população LGBT” (Irineu, 2016, p. 155), constituindo uma promoção cínica de igualdade política, até mesmo para os sujeitos da diversidade.

Seja pela dificuldade de não serem identificadas rapidamente dessa forma ou porque pouco espaço foi deixado para um enfrentamento mais crítico aos reclames de tolerância e inclusão que tomaram conta do cenário político à época, violências como a exclusão e a valoração diferencial de vidas e práticas foram produzidas de modo eficaz durante a parceria entre Estado e movimentos LGBTIA+, inclusive como efeitos desse tipo de relação, que se deu de modo muito mais próximo de uma ascese orientada pela lei e pelo código, do que de uma ascese voltada para um trabalho mais ético e responsável de constituir a si, modos outros de vida e modos outros de fazer política que não via autorização do Estado (Foucault, 2017; Sierra, 2013).

Evidente que as contradições desse jogo político não podem supor o desprezo pelos avanços conquistados a partir dessa parceria, mesmo que questionamentos possam ser feitos em relação aos meios de atuação e à priorização e celebração de algumas pautas em relação a outras, como foi o caso das lutas pelo casamento entre pessoas de mesmo gênero em relação às lutas contra a violência e o extermínio das vidas que estão menos conformadas à norma. Como nos diz Puar (2015), os sujeitos da diversidade desejáveis pelo Estado são aqueles que recriam as normas sexuais e de gênero *a partir* das identidades e práticas previamente inteligíveis e suportadas e *não apesar* delas. Bem por isso que a lavagem cor-de-rosa posta em relevo a partir das demandas mais homonormativas junto ao Estado “constitui o modo predominante através do qual as subjetividades sexuais devem ser vividas” (Puar, 2015, p. 310).

Segundo Sierra e Meyer (2020) esse fenômeno de homogeneização do reconhecimento das identidades sexuais e de gênero promoverá formas de governo cujo objetivo será não só “o de conduzir sua conduta, mas também o de fazer com que eles mesmos conduzam suas vidas em direção à viabilização de seus corpos e práticas” (Sierra; Meyer, 2020, p. 1024). Dizendo de outro modo, a produção de discursos e práticas em torno da inclusão se impõe, paulatinamente, aos discursos dos direitos individuais, como Lopes e Fabris (2013, p. 40) apontam:



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

[...] diante de contextos econômicos e políticos (neo)liberais como os que temos vivido nos últimos tempos, a exaltação do indivíduo, o festejo de suas condições individuais, suas marcas identitárias, de gênero, étnico raciais, linguísticas, etc., passam a operar como moeda de valorização dentro de um mercado determinado pela competição. As lutas coletivas tendem a esmaecer no sentido histórico e de estabelecimento de laços afetivos fortes, dando lugar às lutas reivindicatórias de direitos que se desfazem na medida em que são conquistados os elos que ligam os indivíduos, desfazendo também a noção de comunidade como lugar histórico de identificação, partilha, solidariedade, afetos e inclusão. Cada indivíduo, na lógica neoliberal, passa ser uma unidade de investimento e uma potência empreendedora.

É a partir da objetivação e da subjetivação da liberdade dos sujeitos que se entendem livres para assumir uma determinada identidade sexual e/ou de gênero previamente estabelecida, para consumir e para pleitear direitos junto ao Estado que a governamentalidade neoliberal se reforça, tanto para fazer viver de determinadas formas, quanto para deixar e fazer morrer outras corporalidades e práticas não-rentáveis e/ou consideradas menos “morais”. A liberdade possível segundo o enquadramento neoliberal é a mesma que converte problemas políticos em problemas individuais (Gefaell, 2015; Butler, 2018). O gerenciamento de si se torna o foco e o local de dispersão de condições cada vez mais precárias para cumprir os requisitos mínimos de uma viabilidade econômica a partir do trabalho, da moradia, da saúde, da segurança e da alimentação, bem como de uma viabilidade moral, que toma rumos cada vez mais excludentes para os corpos e as práticas afetivas e/ou sexuais dissidentes.

Isso pode nos ajudar a entender porque o *status* de sujeito de direito conferido pela diversidade pode ser facilmente contestado quando a situação de bem-estar social é mais fortemente atacada pelo recrudescimento da racionalidade neoliberal e pela precarização por ela induzida, como presenciamos, de modo mais contundente, desde o golpe jurídico-parlamentar-midiático que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma, em 2016, assim como pela modulação neoconservadora que aproxima fenômenos como o individualismo liberal, conservadorismo cristão, antipluralismo e neoliberalismo, e que une em uma mesma lógica a



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

funcionalidade do mercado e da família tradicional, sobretudo no responsabilizar as famílias (e, fundamentalmente, as mulheres) por funções que deveriam ser desempenhadas pelo Estado, bem como ao instrumentalizá-las em uma politização da moral. (Brown, 2019; Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

No que tange ao governo da diversidade sexual e de gênero, podemos situar o esfacelamento da parceria entre Estado e movimentos sociais LGBTIA+ como um sintoma de uma precarização que já tomava um curso perigoso em 2011 a partir das concessões que o governo Dilma fez aos setores mais conservadores do Congresso⁸, representados pela Frente Parlamentar Evangélica (FPE), pela Frente Parlamentar em Defesa da Família (FPDF) e pela Pastoral Parlamentar Católica (FPC). Neste período, a pressão exercida por esses setores, combinada com uma demanda por governabilidade, provocou a suspensão do Projeto Escola sem Homofobia⁹, uma ação colaborativa entre organizações como a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que previa a distribuição de um conjunto de materiais didáticos (caderno de orientação, boletins informativos, vídeos) voltados ao combate da LGBTIA+fobia e à promoção da equidade de gênero e sexualidade, e que a partir das polemizações conservadoras ficou conhecido pejorativamente como “kit gay” (Cruz, 2014).

Além disso, a suspensão fomentou a configuração de um cenário macropolítico ainda mais reativo e molar às políticas de continuidade e inclusão LGBTIA+, como vivenciamos a partir de 2014, com a emergência de uma “ofensiva antigênero” cuja centralidade se apoia em um “aparato retórico” (Junqueira, 2018, p. 451) ou “espantalho” (Corrêa, 2021, não paginado) conhecido como “ideologia de gênero”. Como um amálgama que se adapta às urgências políticas locais, preconizando, quando mobilizado, ataques a diferentes pautas, políticas e grupos, que incluem o aborto, pesquisas

⁸Mesmo durante a campanha eleitoral, em 2010, o governo Dilma já acenava aos setores conservadores quando lançou o manifesto “Carta aberta ao povo de Deus”, colocando a família (e, por que não, os valores cristãos?) como centro das ações do governo, assim como ao esquivar-se de pautas como o aborto e o casamento entre pessoas de mesmo gênero.

⁹O Projeto integrava o “Brasil sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual”, criado em 2004 no governo Lula.



acadêmicas que versem sobre as dissidências de gênero e sexuais, uma educação anti LGBTIA+fóbica, direitos sexuais e reprodutivos, direitos para minorias, entre outros, este termo foi central nos debates da composição do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024¹⁰, sobretudo para a criação de polemizações em torno da diversidade sexual e de gênero. Após alterações, o inciso III, do Artigo 2º, que previa a “superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (Brasil, 2010, p. 1), foi substituído por um texto genérico que prevê “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de *todas as formas de discriminação*” (Brasil, 2014, p. 1, destaques nossos), sem citar quais discriminações são essas. Para a versão final do documento, até mesmo a presença de termos como “gênero” e “orientação sexual” foram contestados, ainda que em contextos não relacionados com o tema diversidade sexual e de gênero.

Assim como o PNE, a composição dos Planos Estaduais e Municipais de Educação e da Base Nacional Comum Curricular seguiu o mesmo curso, o que não abrandou, entretanto, a disseminação de discursos em torno da “ideologia de gênero”. Ao contrário, “gênero” se tornou um significante vazio, apto a receber diversos significados e afecções, que incluíam/incluem o suposto perigo de que crianças e adolescentes sejam precocemente erotizados, que se tornem alvos para a pedofilia, ou que sejam coagidos a “mudarem” de gênero e orientação sexual.

Vale lembrar que o fortalecimento das investidas antigênero está ligado a outras concessões importantes que foram feitas à base parlamentar aliada do governo Dilma em troca de uma governabilidade que já estava em risco (a própria base, composta majoritariamente pelos partidos MDB e PSDB, não demoraria a empreender uma campanha para o *impeachment*), incluindo a extinção de oito ministérios, além das secretarias que possuíam *status* de ministério, como a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), que foram reduzidas e alocadas sob o novo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

¹⁰O PNE estabelece metas para a educação a serem cumpridas em um período de dez anos. Entre as diretrizes, estão a erradicação do analfabetismo e a universalização do atendimento escolar. O plano também destina 10% do Produto Interno Bruto para a educação.

Posteriormente, com o afastamento de Dilma e sob o governo interino de Michel Temer (2016-2019), esse novo ministério é fechado e incorporado como um núcleo do Ministério da Justiça e Cidadania. Somente após manifestações expressivas contra a inexistência de um órgão específico para a produção de políticas públicas para os direitos humanos o governo Temer criaria, via medida provisória (768/17), o Ministério dos Direitos Humanos, que coordenaria SDH, a SEPPIR e a SPM, que estavam subordinadas ao Ministério da Justiça e Cidadania. Não à toa todos os cargos de primeiro escalão do governo Temer foram ocupados por homens brancos; assim como o comando da SPM foi delegado à Fátima Pelaes (MDB-AP), anteriormente presidenta da FPE, abertamente contrária ao aborto e a favor do Estatuto do Nascituro (Garcia; Calderaro, 2017).

O desmonte dos órgãos, estruturas e ações que atuam na promoção dos direitos humanos (e, se quisermos, podemos colocar a parceria entre Estado e movimentos LGBTIA+ entre elas), foi acompanhado não só por uma radicalização neoliberal que não pode comportar o Estado de bem-estar social, mas pela ampliação dos espaços de atuação de conservadorismos que, de modo importante, mostram-se em uma “publicização da religião” (Burity, 2018, p. 20), mas também compõem as agendas de grupos de direita e extrema-direita e, conseqüentemente, a intensificação dos movimentos antidemocráticos e a promoção da erosão do público, tanto no que diz respeito às privatizações morais e econômicas quanto às reconfigurações molares do coletivo (Brown, 2019; Biroli; Vaggione; Machado, 2020). Como Burity (2018) sugere, falar em uma “onda conservadora” é possível desde que haja o reconhecimento de que esta é uma “onda quebrada” que arrasta linhas temporais e geográficas, bem como a aglutinação de atores, pautas e grupos que escapam facilmente às alcunhas regionais, generalizantes e acusatórias. Por exemplo, habituamos (sempre a alegria de acusar e expulsar um exterior “não-constitutivo”) chamar de “fundamentalistas” as religiões evangélicas sem mesmo ressaltar que “evangélicos” designa uma multiplicidade em disputa que se desdobra em protestantes, pentecostais e neopentecostais que, inclusive, não são homogêneas nem mesmo em um agir voltado à intervenção do público. Isto é, há um componente religioso muito forte no ambiente político brasileiro na presença pública de certas personalidades e perspectivas conservadoras que, de fato, não pode ser ignorado, mas que, justamente por isso, deve ser encarado em sua complexa rede de absorção e adaptação (Burity, 2018).



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

Em ressonância, apenas para abarcar alguns elementos, podemos citar as manifestações que tomaram as ruas do país em 2013, 2014 e 2015, acompanhadas de uma crescente polarização política que, nas eleições de 2014, elegeu o congresso mais conservador desde 1964, com o aumento expressivo de partidários do militarismo, do conservadorismo religioso, do ruralismo e do armamento (Cunha, 2017; Almeida, 2019); a “emergência de uma mídia altamente setorizada e isolada, inclusive as mídias sociais” (Brown, 2019, p. 11), que trabalhou massivamente promovendo o *impeachment* de Dilma; 13 anos de governo PT (com dois mandatos de um ex-operário e pouco mais de um mandato da primeira mulher eleita à presidência que, inclusive, lutou contra a ditadura) que promoveu a inclusão de toda sorte de grupos e a democratização de bens e espaços até então delegados à classe média alta; o estabelecimento de um teto de gastos que congelaria por 20 anos os investimentos públicos; além da eleição de um presidente cujo *slogan* de campanha e governo era “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Do mesmo modo, os conservadorismos, religiosos ou não, dificilmente podem ser apreendidos fora do contexto das crises e políticas de austeridade deflagradas no cenário internacional, como o colapso do capital financeiro em 2008, que aprofundou a precarização do trabalho, da aposentadoria e da moradia em várias partes do mundo; a produção de “imunizações” em reação às crises migratórias que flexibilizaram a atuação estatal de sistemas de controle, vigilância e extermínio (Burity, 2018); as inflexões e instabilidades políticas na América Latina, onde os partidos de centro-esquerda começam a ser desmantelados a partir de 2010 (Biroli; Vaggione; Machado, 2020); e, recentemente, a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV2).

Reordenamentos da governamentalidade neoliberal e o neoconservadorismo em foco

Como explicam Brown (2006, 2017, 2019), Biroli, Vaggione e Machado (2020), essas reordenações rizomáticas que chamamos de “neoconservadoras” devem ser entendidas com vistas à intensificação e à transformação conservadoras no jogo político, que incluem o agenciamento de pautas e questões religiosas oportunas para alocação de responsabilidades e regulação estatal da moralidade, como o incentivo dos valores e conformações familiares tradicionais (em que as mulheres devem exercer o cuidado das



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

crianças e o trabalho doméstico, enquanto os homens se dedicam à ‘recuperação’ do domínio da vida privada), ligado, certamente, à subjugação das mulheres e das crianças, assim como ao reforço de uma ideia de virilidade militar; incentivo que passa pelo rechaço aos pluralismos e na atuação da criminalização de movimentos sociais e de outras articulações políticas minoritárias. Além disso, o ideal de virilidade e de feminilidade também está relacionado ao lesbocídio, aos estupros corretivos, bem como ao assassinato de pessoas LGBTIA+ em geral. Justamente, a “afirmação aberta do poder do Estado moralizado na esfera doméstica e internacional é o que separa o neoconservadorismo de um conservadorismo mais antigo, o que o torna neo” (Brown, 2006, p. 697, tradução nossa). Ainda nas palavras de Brown (2006, p. 697, tradução nossa):

[o] neoconservadorismo abandona os compromissos clássicos conservadores com um libertarianismo modesto, isolacionismo, frugalidade e rigidez, crença em limites e moderação, afinidade com virtudes aristocráticas de refinamento, retidão, civilidade, educação e disciplina. Diferentemente de seu antecessor, é animado por uma vontade de poder abertamente declarada, pela angústia sobre o status de declínio ou ruína da moralidade no Ocidente, e por uma concomitante moralização de um certo imaginário do Ocidente e de seus valores. Assim, enquanto muitos neoconservadores condenam a ‘engenharia social’ que atribuem ao socialismo e a projetos igualitários democráticos liberais como a ação afirmativa, integração e redução da pobreza, o neoconservadorismo não rejeita mais o behaviorismo liderado pelo Estado como o neoliberalismo o faz. Em vez disso, identifica o Estado, inclusive o direito, com a tarefa de estabelecer a bússola moral-religiosa para a sociedade e, de fato, para o mundo. Esse endosso do poder do Estado e atribuição de autoridade moral ao Estado está em desacordo com o liberalismo em todos os sentidos da palavra.

A noção de “neoconservadorismo” permite não apenas “identificar as principais mutações e matrizes que caracterizam as ações reativas e contemporâneas de setores religiosos diante das mudanças nas formas de regular a ordem sexual” (Biroli; Vaggione; Machado, 2020, p. 27), mas ressaltar aquilo que engendra o neoconservadorismo, isto é, a atualização de conservadorismos – religiosos ou não – e uma radicalização neoliberal, entendendo que este engendramento entra na composição de um novo



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

diagrama de forças que coaduna espectros políticos, personalidades políticas, agendas e linguagens que atuam, de modo convergente, no repúdio aos movimentos sociais minoritários, como os feminismos e os movimentos LGBTIA+, e na promoção de narrativas de uma crise que toma a família como seu ponto nodal.

Ao menos no contexto brasileiro, o âmbito em que esses elementos têm sido disputados concernem a uma “juridificação reativa”, isto é, ao “uso do direito por atores religiosos e seculares, em sua defesa de princípios morais que consideram violados pelas demandas dos movimentos feministas e LGBTQI” (Biroli; Vaggione; Machado, 2020, p. 9), em que fatores como a existência de um mal a ser combatido, assim como a existência de um corpo social a ser defendido, em si, constituem motivos para a união entre setores religiosos e seculares para as ações em torno da destruição do Estado de bem-estar social, alinhadas, frequentemente, ao desmantelamento de ações e políticas públicas para a igualdade sexual e de gênero. Com efeito, a interpelação religiosa da população e a indiferenciação forçosa entre a cultura política e religiosa, entre o discurso político e teológico, desempenha um papel fundamental na recepção de práticas neoconservadoras (Brown, 2006).

A partir das discussões foucaultianas de governamentalidade e governamentalidade neoliberal, podemos pensar o neoconservadorismo como uma racionalidade política “normativa e disciplinadora interiorizada pelos sujeitos contemporâneos, conformando-os ao ‘princípio universal da concorrência’” (Biroli; Vaggione; Machado, 2020, p. 26), que promove a regulação da moralidade sexual a partir da defesa da família heteronormativa, além da produção de cultura e subjetivação políticas fortemente atravessadas por paixões mortais como a LGBTIA+fobia, o racismo, o classismo, o antifeminismo e o autoritarismo (Brown, 2019). De fato, lidamos com um fenômeno profundamente relacionado à “moralização das inseguranças” que, de modo direto, alimenta-se das últimas três décadas de ataques neoliberais à justiça, à reforma e aos serviços sociais que desafiaram premissas mais radicais de igualdade, aliados, fortemente, à reiteração de guerras culturais e disseminação de ódio e violência à diferença (Brown, 2019; Butler, 2018; Duarte, 2019). Segundo Brown (2019, p. 39),

[...] o ataque neoliberal ao social [...] é fundamental para gerar uma cultura antidemocrática desde baixo, ao mesmo tempo que constrói e legitima formas antidemocráticas de poder



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

estatal desde cima. A sinergia entre os dois é profunda: uma cidadania cada vez mais não democrática e antidemocrática está mais e mais disposta a autorizar um Estado crescentemente antidemocrático. À medida que o ataque social derrota a compreensão democrática de sociedade zelada por um povo caracterizado pela diversidade e habilitado a governar a si mesmo de forma igualitária e compartilhada, a política se torna um campo de posicionamento extremo e intransigente, e a liberdade se torna um direito de apropriação, ruptura e até mesmo destruição social – seu inimigo declarado.

Em outras palavras, o neoliberalismo prepara o caminho para o neoconservadorismo e, conseqüentemente, para uma nova forma de governo incompatível com práticas e instituições democráticas, isto é, um governo desdemocratizador; fator que sequer deve causar estranhamento, porque já legitimado por políticas neoliberais, tais como: i) a desvalorização da autonomia política em nome do mercado; ii) a transferência de problemas políticos para problemas individuais, cuja solução (que não deve resolver coisa alguma porque alimentada da produção de crises) está nas práticas alinhadas ao mercado; iii) a produção de cidadanias voltadas ao consumo e permeáveis ao autoritarismo; e iv) a legitimação do “estatismo” (Brown, 2006).

Esses contextos mais amplos de instabilidade também permitiram que o neoconservadorismo, no Brasil, movimentasse uma amálgama de pautas antidemocráticas e autoritárias, que comportam o combate à corrupção (exclusivamente petista e comunista, é bom lembrar), a promoção do armamento, a redução da maioria penal, as reivindicações de um novo golpe militar, além da defesa da família tradicional, da criança, da liberdade e do livre comércio atrelados à lógica neoliberal de desregulação do mercado. Amálgama que, inclusive, pode ser percebida em manifestações de rua, como as Marchas para Jesus e as reinvenções da Marcha para a Família aos moldes de 1964.

Ainda, segundo Brown (2019), o momento político atual não é um projeto neoliberal pré-traçado nem um retorno dos fascismos, autoritarismos ou despotismos já conhecidos, mas uma “formação relativamente inédita” que conjuga fenômenos neoliberais familiares, como “favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado social e do político, ataque às



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

igualdades e exaltação da liberdade” com elementos que parecem opostos, mas que não são, como “nacionalismo, imposição da moralidade tradicional, antielitismo populista e demandas por soluções estatais para problemas econômicos e sociais” (Brown, 2019, p. 10). De modo que a “mercantilização da moral e a moralização do mercado” analisados por Brown (2019, p. 27) podem ser sintetizadas nas investidas bolsonaristas que se valem de formulações neoliberais da liberdade individual e das privatizações, assim como da moralidade tradicional, para defender um projeto econômico de exceção, justificar exclusões, violências e manter a estabilidade do sujeito hegemônico e de seus predicados: a branquitude, a masculinidade, a cisheteronormatividade, a cristandade e o patriotismo, conforme podemos notar em publicações no X de Damares Alves e Marco Feliciano (citando uma suposta fala de Bolsonaro em uma reunião ministerial):

Para quem ainda finge surpresa, vou reiterar o que já disse à imprensa, ao Brasil e até na ONU: este é um governo conservador, pró-vida, pró-família e que não mede esforços para combater a violência. Sim, nomeamos pessoas pró-vida para o governo. E assim continuará sendo (Alves, 2020, não paginado).

Quem não aceitar as minhas bandeiras: deus, armamento, família, liberdade econômica... Quem não seguir estas bandeiras está no governo errado! (Feliciano, 2020, não paginado).

Nessa articulação, a instrumentalização da família e da moralidade tradicionais são fundamentais para a relação entre o neoconservadorismo e o neoliberalismo. Em parte, como já dito, na alocação de responsabilidades, os valores familiares tradicionais orbitam justificativas religiosas que se apropriam de discursos científico-deterministas (Pereira, 2018; Pereira; Sierra, 2019, 2020) para promover uma obrigação natural e divina de cuidar e educar que, por um lado, substitui as ações do Estado nesses aspectos e, do outro, fazem da família um agente disciplinador e autoritário de reprodução e regulação das condutas e hierarquias sexuais (Biroli; Vaggione; Machado, 2020). Uma espécie de entrave ou dispositivo de controle para os excessos democráticos e para o colapso da autoridade masculinista provocados, supostamente, pela provisão estatal do bem-estar social e pela promoção da igualdade sexual e de gênero (Biroli; Vaggione; Machado, 2020; Brown, 2019). Já na politização da



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

moral, essa concatenação centrada na família estabelece fronteiras rígidas entre as conformações familiares que serão desejáveis e dignas de cuidado e proteção das que não serão, promovendo estratificações sociais de raça, classe e gênero que afetam desproporcionalmente as mulheres que fazem o trabalho doméstico e que não são remuneradas, ou sub-remuneradas quando esse trabalho se converte em postos fora de casa; a educação, cujos desmontes apontam para alternativas como o *homeschooling*¹¹ e a militarização das escolas; os direitos reprodutivos, que serão contestados pelas campanhas pró-vida ou pelo incentivo à castidade; e as políticas de justiça racial e de gênero, que serão vistas como atos antipatrióticos no esquecimento da memória escravagista e conservadora de tempos “melhores”, quando as minorais raciais e de gênero ocupavam seus “devidos lugares” e quando as famílias eram brancas, heterossexuais e felizes (Brown, 2019).

De modo que a descontinuidade (quicá, podemos falar da “ruptura”) da parceria entre Estado e movimentos LGBTIA+ no governo de Jair Bolsonaro não deve ser recebida com surpresa nem mesmo pelas lideranças que posaram para uma foto com a ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, segurando a bandeira da diversidade¹²; afinal, a despeito da campanha de Damares junto às igrejas de vertente pentecostal e neopentecostal, antes mesmo das eleições de 2018, para denunciar a “ideologia de gênero” e a sexualização das crianças pelos “ideólogos de gênero”, Bolsonaro, a exemplo de outras personalidades políticas autoritárias e/ou populistas, foi eleito às custas da propagação de ódio contra as minorias sexuais e de gênero, inclusive com notícias falsas, assumindo a campanha antigênero como um aspecto fundamental da identidade de seu governo (Kiffer; Giorgi, 2019; Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

¹¹A educação domiciliar tem como princípio que as práticas educacionais de crianças e jovens devam ser vivenciadas no ambiente doméstico e não em instituições formais como as escolas, por exemplo. Como explica Lockmann (2020), essas iniciativas apontam para o desmantelamento do caráter comum e público da educação à medida que excluem práticas e vivências que só podem acontecer nesses espaços; promovem a individualização no que diz respeito aos fenômenos propriamente coletivos que envolvem os processos de ensino e de aprendizagem, como a elaboração de planos pedagógicos, que pode bem ser deslocada para pais ou responsáveis, precarizando e desautorizando o saber e as práticas docentes mas, para além disso, transforma os processos de escolarização em privilégios para alguns sujeitos enquanto permite a exclusão de outros.

¹²Foto disponível em: <<https://cutt.ly/CRxZ8hO>>.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

Em inúmeras ocasiões, como em seu programa de governo: “conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE” (Partido Liberal, 2018, não paginado); discurso de posse: “vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas” (Leia, 2019, não paginado); discurso na Marcha para Jesus: “o presidente vai respeitar a inocência das crianças em sala de aula. Não existe essa conversinha de ideologia e gênero. Isso é coisa do capeta” (Caram, 2019, não paginado) e, até mesmo, em seu gabinete na Câmara dos Deputados, assim como em sua atuação na polemização do “kit gay”, por exemplo, isso já estava posto.

Em pouco mais de dois anos de governo Bolsonaro, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), responsável pela produção de políticas educacionais que tangem às questões raciais, étnicas, de classe, sexuais e de gênero, deficiência e geracionais, foi extinta (recriada apenas agora no terceiro mandato do governo Lula), do mesmo modo como, na reconfiguração do Ministério de Direitos Humanos, a população LGBTIA+ foi apagada das diretrizes gerais; passando por modificações no Ministério da Saúde, que incidiram no veto às campanhas contra ISTs voltadas especificamente para a população LGBTIA+, além da destituição do Departamento de IST, AIDS e Hepatites Virais, que passou a se chamar Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Outros retrocessos incluem o lançamento de campanhas que estimulam a abstinência sexual entre a população jovem como método contraceptivo e o pedido da Advocacia Geral da União para a revogação da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a criminalização da LGBTIA+fobia (Irineu; Oliveira; Lacerda, 2020).

Vale mencionar também a massiva ocupação (que, ao que parece, foi transformada em uma ocupação quase compulsória) de cargos de destaque no governo por personalidades neoconservadoras cristãs, assim como a indicação de Kassio Nunes Marques e André Mendonça para o cargo de ministros do STF. Para além da indicação de personalidades “terrivelmente evangélicas”, para usar uma expressão de Damares, também chama a atenção o movimento de debandada de cargos de primeiro escalão nos ministérios do governo Bolsonaro. Alguns exemplos incluem quatro trocas no comando da Secretaria



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

Especial da Cultura, como a exoneração do ex-secretário da Cultura, Roberto Alvim, após a gravação de um pronunciamento alusivo ao discurso de Joseph Goebbels, ministro da Propaganda da Alemanha nazista; assim como quatro trocas no comando do Ministério da Educação, cuja última delas, a exoneração do ex-ministro Milton Ribeiro, foi motivada por suspeita de esquema de corrupção em relação ao repasse de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ofensivas LGBTIA+fóbicas levadas a cabo em nome da liberdade neoliberal e da moralidade neoconservadora, como mostramos neste artigo, não se limitam a chavões da extrema-direita, bem como de seus líderes populistas, como o próprio Bolsonaro, tampouco podem ser menosprezadas como meras “cortinas de fumaça” para questões “maiores”. Pensar essas atualizações ético-políticas - questões urgentes que transpassam não só a esfera político-social, mas também a esfera educacional, em razão de toda perseguição, ultraje e ameaça pelas quais setores educacionais, do ensino fundamental ao superior, passaram nos últimos tempos, especialmente no campo dos estudos de gênero e sexualidade - é, de todo modo, tentar apreender os deslocamentos por elas provocados a serviço das reconfigurações biopolíticas (Puar, 2017) de nosso tempo: quais são os limites teóricos para situar o governo das dissidências de gênero e sexuais em um cenário que não apenas rompe com a parceria entre Estado e movimentos LGBTIA+, mas põe em xeque as premissas ambíguas dessa relação de in/exclusão?

Segundo Lockmann (2020, p. 69), a “inclusão não é um conceito unívoco, mas polissêmico, pois apresenta aplicabilidades muito heterogêneas e articula-se às formações políticas que se organizam ao redor de uma racionalidade”. De fato, é bem verdade que, na racionalidade neoliberal, os interesses passaram muito ao largo das aspirações igualitárias para um viver em comum, porque a inclusão supõe a produção de desigualdades para manter determinados sujeitos e grupos incluídos. Então, como questioná-la no interior de uma racionalidade neoconservadora que conjuga, sobretudo, processos de exclusão (Lockmann, 2020) e de precariedade (Butler, 2019, 2018), vide suas investidas em ações e narrativas desdemocratizadoras, a



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

subjetivação de sujeitos antidemocráticos e a disseminação e a naturalização de ódios e violências contra as minorias sociais que, inclusive, são incompatíveis com sua face dita *democrática*?

REFERÊNCIAS

Almeida, Ronaldo de. Bolsonaro presidente. Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estud.**, São Paulo, 38(01): 185-213, 2019.

Alves, Damares. **Para quem ainda finge surpresa [...]**. 1 set. 2020. X: @DamaresAlves. Disponível em: <https://bityli.com/RtJKXq>. Acesso em: 1 jun. 2022.

Bento, Berenice. 'Pinkwashing à brasileira': do racismo cordial à LGBTTTfobia cordial. **Cult**, 16 dez. 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/lRaWazN>. Acesso em: 1 out. 2021.

Biroli, Flávia; Vaggione, Juan Marco; Machado, Maria das Dores Campo. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

Brasil. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 8.035/2010**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://bityli.com/VUHnXt>. Acesso em: 1 jun. 2022.

Brasil. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://bityli.com/kbVeW>. Acesso em: 1 jun. 2022.

Brown, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.

Brown, Wendy. Qué hacer. [Entrevista concedida a] Álvaro Guzmán Bastida e Héctor Muniente. **Ctxt**, Nova Iorque, n. 143, 17 nov. 2017. Disponível em: <https://cutt.ly/GnluMA3>. Acesso em: 1 jun. 2021.

Brown, Wendy. American nightmare. Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. **Political Theory**, 34(6): 690-714, 2006.

Burity, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: Almeida, Ronaldo; Toniol, Rodrigo. **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas: Unicamp, 2018.

Butler, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

Butler, Judith. **Vida precária**. Os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

Caram, Bernardo. Ideologia de gênero é coisa do capeta, diz Bolsonaro em Marcha para Jesus. **Folha de São Paulo**, 10 ago. 2019. Disponível em: <https://abre.ai/iNQk>. Acesso em: 5 fev. 2024.

Constantino, Rodrigo. Gays que apoiam Bolsonaro e rejeitam Jean Wyllys? Sim, eles existem! **Gazeta do Povo**, 06 jun. 2016. Disponível em: <https://cutt.ly/GToAHsF>. Acesso em: 1 nov. 2021.

Corrêa, Sonia. Ideologia de gênero: assim surgiu o espantalho. **Outras palavras**, 14 mai. 2021. Disponível em: <https://bityli.com/MNsmuA>. Acesso em: 1 jun. 2022.

Cruz, Thalles do Amaral de Souza. **Diferença em disputa**: os embates acerca do kit anti-homofobia (2004-2012). 2014. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Cunha, André Arias Fogliano de Souza. **As revoltas de Junho de 2013**: uma cartografia afetiva dos enunciados e das imagens do levante brasileiro. 2017. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

Dal'igna, Maria Cláudia; SIERRA, Jamil Cabral. Parceria e governamentalidade: ferramentas para problematizar as relações socioeducacionais contemporâneas. **Educação Unisinos**, v.22, n.3, p.332-340, 2018.

Deleuze, Gilles; Guattari, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e esquizofrenia, vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

Duarte, André de Macedo. Democracia em crise: biopolítica e governo neoliberal de populações. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 33, n. 68, p. 527-562, 2019.

Feliciano, Marco. **O PR Jair Bolsonaro deixou claro [...]**. 24 mai. 2020. X: @marcofeliciano. Disponível em: <https://cutt.ly/RRcuzKY>. Acesso em: 1 mar. 2022.

Foucault, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

Foucault, Michel. **Segurança, território e população**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

Foucault, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

Foucault, Michel. **História da sexualidade I**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

Foucault, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Foucault, Michel. **História da sexualidade 3**. O cuidado de si. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

Gadelha, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Garcia, Douglas. **Como já afirmei**. 6 jul. 2020. X: @DouglasGarcia. Disponível em: <https://cutt.ly/ARozTYb>. Acesso em: 1 out. 2021.

Garcia, Luciana Silva; CALDERARO, Fernanda. A fragilização das estruturas federais de direitos humanos no Brasil pós ruptura institucional de 2016. **RIDH**, Bauru, 5(2), p. 211-232, 2017.

Gefael, Clara Valverde. **De la necropolítica neoliberal a la empatia radical**. Violencia discreta, cuerpos excluidos y repolitización. Barcelona: Icaria, 2015.

Irineu, Bruna Andrade. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. **Em pauta**, Rio de Janeiro, n. 34, v. 12, p. 155–178, 2014.

Irineu, Bruna Andrade. **A política pública LGBT no Brasil (2003-2014)**: homofobia cordial e homonacionalismo nas tramas da participação social. 2016. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Irineu, Bruna Andrade; Oliveira, Brendhon Andrade; Lacerda, Milena Carlos. Um balanço crítico acerca da regressão dos direitos LGBTI no Brasil sob ascensão do bolsonarismo. In: IRINEU, et al. (Orgs). **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero**: temas emergentes. Salvador: Devires, 2020, p. 98-115.

Junqueira, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/1hd166J>. Acesso em: 1 nov. 2020.

Kiffer, Ana; GIORGI, Gabriel. **Ódios políticos e política do ódio**: lutas, gestos e escritas do presente. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

Leia a íntegra do discurso de posse de Bolsonaro [...]. **Folha de São Paulo**, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://abre.ai/iNQL>. Acesso em: 5 fev. 2024.

Lockmann, Kamila. As reconfigurações do imperativo da inclusão no contexto de uma governamentalidade neoliberal conservadora. **Pedagogía y Saberes**, 52, p. 67–75, 2020.

Lopes, Maura Corcini; Fabris, Eli Henn. **Inclusão e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

Lopes, Maura Corcini. Inclusão como prática política de governamentalidade. In: Lopes, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica. **Inclusão Escolar**: conjunto de práticas que governam. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Mbembe, Achille. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Moreno, Jéssica Ramos. **Um repórter [...]**. 17 nov. 2020. X: @a_jessicao. Disponível em: <https://cutt.ly/oRoxooX>. Acesso em: 1 out. 2021.

Partido Liberal. (2018). **Brasil acima de tudo. Deus acima de todos** [Programa de governo]. Disponível em: <https://cutt.ly/KRxVhpq>. Acesso em: 5 fev. 2024.

Passos, Eduardo; Kastrup, Virginia; Escóssia, Liliana da. Apresentação. In: Passos, Eduardo; Kastrup, Virginia; Escóssia, Liliana da. (Orgs.) **Pistas do método da cartografia**. Pesquisa-intervenção e produção da subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

Pereira, Tamires Tolomeotti. **A performatividade política dos discursos de ódio neoconservadores na educação das dissidências sexuais e de gênero**. 2022. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

Pereira, Tamires Tolomeotti. **Ciência, Fundamentalismo religioso e Diversidade**. A apropriação de discursos científicos-biológicos para a produção de ódio e violência contra as sexualidades e gêneros dissidentes nas mídias sociais. 2018. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

Pereira, Tamires Tolomeotti; Sierra, Jamil Cabral. Quando ciência e fundamentalismo religioso se encontram: estratégias para a produção de ódio contra as sexualidades e gêneros dissidentes e seus efeitos nas políticas públicas. **Revista Práxis**, 2, p. 244–266, 2019.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>

Pereira, Tamires Tolomeotti; Sierra, Jamil Cabral. Uma ficção biológico-conservadora: discursos de ódio contra as dissidências sexuais e de gênero e seus impactos na educação. **Cadernos da escola**, v. 14, n. 28, p. 39-56, 2020.

Puar, Jasbir K. **Terrorist assemblages**: homonationalism in queer times. 10ª ed. Durham: Duke University Press, 2017.

Puar, Jasbir K. 'I would rather be a cyborg than a goddess': intersectionality, assemblage, and affective politics. **Meritum**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 371-390, 2013.

Puar, Jasbir K. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 3, n. 1, p. 297-318, 2015.

Sierra, Jamil Cabral. **Marcos da vida viável, marcas da vida vivível**: o governo da diversidade sexual e o desafio de uma ética/estética pós-identitária para a teorização político-educacional LGBT. 2013. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

Sierra, Jamil Cabral. Identidade e diversidade no contexto brasileiro: uma análise da parceria entre Estado e movimentos sociais LGBT de 2002 a 2015. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 26, p.1-14, 2019.

Sierra, Jamil Cabral; Meyer, Dagmar Estermann. Entre capturas biopolíticas e estratégias de resistência LGBT: um ensaio sobre a lógica fármaco-moralizante na Profilaxia Pré-exposição – PrEP. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, 6(3): p. 1018-1037, 2020.

Veiga Neto, Alfredo. Governamentalidade e educação. **Revista Colombiana de Educación**, n. 65, 2013.

Veiga Neto, Alfredo. Coisas do governo... In: RAGO, Margareth; Orlandi, Luiz B. L. & Veiga Neto, Alfredo (org.). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, p. 13-34. 2002.

Veiga Neto, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

Submissão em 05 de fevereiro de 2024.
Aceite em 07 de maio de 2024.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0



REVISTA

interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261535 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261535>